



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO Nº 091/2025/GAB/PMEC

Eldorado do Carajás/PA, 13 de maio de 2025.

Ao Exmo. Senhor

JENEAN DOS REIS ARAÚJO - PDT

Presidente da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás-PA
Rua Oziel Carneiro, nº 37, Km 02, CEP.: 68.524-000

Exmo. Senhor Presidente;

Com os cumprimentos de estilo, sirvo-me do presente para encaminhar à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 03, de 12 de maio de 2025, que Altera o art. 8º da Lei Municipal n. 489, de 06 de maio de 2022, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a criação e implantação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDDM), bem como a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDDM) e dá outras providências.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração, extensivas aos membros dessa Casa de Legislativa.

Atenciosamente,


WAGNE COSTA MACHADO - MDB
Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 03

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Excelentíssimos Vereadores e Vereadoras,

Apresentamos a esta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 03, de 12 de maio de 2025, que Altera o art. 8º da Lei Municipal n. 489, de 06 de maio de 2022, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a criação e implantação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDDM), bem como a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDDM) e dá outras providências.

A proposta de alteração do artigo 8º da Lei Municipal nº 489/2022, que atualmente determina a eleição dos representantes da organização da sociedade civil durante a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, busca aprimorar o processo eleitoral, assegurando maior eficiência, transparência e representatividade.

A realização da eleição durante a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, embora tenha sua relevância, pode:

1. Conflitar em compromissos com a agenda extensa do evento, dificultando tanto o foco nas discussões quanto a participação efetiva dos diversos segmentos da sociedade civil;
2. A conferência municipal depende da convocação do Conselho Nacional e Estadual dos Direitos da Mulher, o que pode não atender do prazo de vigência do mandato do conselho.
3. A Organização da Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher é realizada pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, a atual disposição da lei inviabiliza tanto a eleição da primeira composição do conselho quanto a conferência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Gabinete do Prefeito

Porém, se estabelecer que a eleição ocorra em uma reunião convocada especificamente para esse fim, por meio de edital, propomos um processo que permita:

1. Foco Específico: A reunião exclusiva para a eleição garantirá que os participantes possam concentrar suas atenções na escolha dos representantes, assegurando a seriedade e a atenção necessárias a este importante momento democrático.
2. Maior Participação: A convocação formal via edital facilitará a divulgação e a participação de um número mais amplo de representantes da sociedade civil, que, de outra forma, poderiam não estar disponíveis durante a conferência.
3. Transparência e Credibilidade: Um processo eleitoral separado, documentado e convocado formalmente, fortalecerá transparência e a credibilidade do processo, permitindo que todos os interessados possam acompanhar e observar a eleição.
4. Adequação às Necessidades Locais: A alteração possibilita que o processo eleitoral se adapte melhor às características e demandas locais, criando um ambiente mais propício para a escolha de representantes que verdadeiramente reflitam a diversidade da sociedade civil.

Adicionalmente, a proposta estabelece que a primeira eleição dos representantes da organização da sociedade civil será organizada pela Secretaria Executiva dos Conselhos vinculados à Assistência Social. Essa medida garantirá que o processo eleitoral seja conduzido de forma técnica e organizada, assegurando que todas as etapas sejam cumpridas adequadamente e que haja um suporte institucional necessário para a realização da eleição.

Diante do exposto, a alteração do artigo 8º da Lei Municipal nº 489/2022 se apresenta como uma ação necessária e oportuna, visando fortalecer a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, assegurando um processo democrático mais eficaz e representativo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Gabinete do Prefeito

Solicitamos, portanto, a apreciação e aprovação desta proposta de alteração para avançarmos na promoção dos direitos das mulheres de maneira mais eficaz e organizada, pedimos ainda a dispensa dos interstícios regimentais.

Eldorado do Carajás, Pará, aos 12 maio de 2025; 45º da Fundação e 34º da Emancipação.



WAGNE COSTA MACHADO – MDB

Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 03, 12 DE MAIO DE 2025.

Altera o art. 8º da Lei Municipal n. 489, de 06 de maio de 2022, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a criação e implantação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDDM), bem como a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDDM) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei Municipal n. 489, de 06 de maio de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º A eleição dos membros representantes da Sociedade Civil Organizada do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM) será realizada a cada 02 (dois) anos.

§ 1º A eleição dos representantes da Sociedade Civil Organizada será conduzida pelo Departamento dos Conselhos, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 2º O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização dos membros oriundos da Sociedade Civil Organizada." (NR)

Art. 2º Revoga-se o 8º da Lei Municipal n. 489, de 06 de maio de 2022.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Carajás, Pará, aos 12 maio de 2025; 45º da Fundação e 34º da Emancipação.


WAGNE COSTA MACHADO – MDB
Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás